

Discurso proferido no encerramento do ano judiciário de 1997, na Terceira Seção*

O EXMO. SR. MINISTRO EDSON VDIGAL (PRESIDENTE):

Senhores Ministros: esta última sessão deste Colegiado, neste ano, enseja algumas reflexões, conquanto breves, sobre o nosso trabalho, cuja rotina é agora suspensa em razão do recesso legal. Consigno que as opiniões são minhas, pessoais.

Não ignoramos as críticas que se avultam contra o Poder Judiciário como instituição e contra os Juízes, como servidores públicos. Julgo que essas críticas, em sua maioria, são improcedentes ou injustas, mas reconheço que são, quase todas, de boa-fé.

Opiniões publicadas, fazendo-se passar por opiniões do público em geral, atiram contra o Judiciário contumélias e aleivosias, mostrando à sociedade caricaturas de Juízes como se fossem funcionários públicos privilegiados, garantidos por vantagens absurdas, o que, evidentemente, não é verdade. Mazelas são enfatizadas.

Não podemos ignorar que ainda existem muitas mazelas no Judiciário. Devemos, o quanto antes, removê-las. É bom que os dispositivos legais necessários sejam, o quanto antes, propostos e discutidos no *forum* próprio, que é o Congresso Nacional.

Reclama-se, quase sempre procedentemente, contra a morosidade do Judiciário. Enquanto se reclama, mais cresce a crença, mais se amplia a esperança das pessoas, isto porque a cada dia mais aumenta o número de questões trazidas à resolução dos Juízes e dos Tribunais.

No caso específico do Superior Tribunal de Justiça, que no próximo ano completará seu primeiro decênio de criação, as estatísticas mostram que praticamente têm triplicado, de ano para ano, as demandas aqui ajuizadas. Há cinco anos, por exemplo, em 1993, recebemos 33.336 processos, dos quais foram julgados 31.295. Neste ano, 1997, recebemos 90.177 processos, dos quais julgamos 84.764. (Dados de janeiro a novembro último). Quando acrescentarmos a este número os de dezembro, teremos chegado aos 100 mil processos.

* Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, de 18/12/1997.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

Os meios de comunicação, costumeiramente usados para informações nem sempre exatas sobre a administração da Justiça, mantêm-se equidistantes do cotidiano das atividades judiciárias, contribuindo, pela omissão, para que parcelas significativas da sociedade fiquem na ignorância sobre a verdade do que acontece em relação a este Poder da República.

Talvez os profissionais da comunicação social considerem que isso tudo aqui é muito enfadonho e, em muitos casos, é mesmo. Ainda cultivamos formas rebuscadas, gongóricas, de nos expressar nas nossas decisões orais ou escritas. Isso, evidentemente, precisa melhorar; precisamos aprender a falar e escrever de maneira que as pessoas simples também entendam. Ilhas de nepotismo ainda subsistem.

Administrações compartilhadas entre familiares, aqui ou acolá, confundem o público com o privado; realizam estragos administrativos, semeiam o medo e disseminam ameaças e até promovem demissões injustas dos que se recusam a confundir lealdade com cumplicidade.

Mas isso não acontece só no Judiciário; é comum no Executivo e também no Legislativo. Isso é produto de uma cultura atrasada, de uma mediocridade envaidecida e arrogante, típica de monarquia de cubata africana ou de republiqueta de bananal.

Felizmente já são poucas, infelizmente ainda existem pessoas despreparadas para o exercício do poder, de qualquer nesga de poder, que só estão a fim de tirar proveito de tudo. Ainda bem que os brasileiros estão crescendo como cidadãos porque só com o exercício crescente da cidadania será possível afirmar a democracia e, assim, afundar essas ilhas de atraso.

Numa economia em dificuldades como a de atualmente, em que as forças da produção se enfraquecem em milhões de desempregados, ainda há, entre os que governam, quem não entenda que Judiciário enfraquecido, ineficaz, é igual a economia fraca, a mercado inseguro.

Quinze por cento do nosso PIB/Produto Interno Bruto Nacional se perdem na morosidade da engrenagem judiciária. Algo em torno de R\$ 115 bilhões por ano. Todos reclamam, mas não há sinalização concreta para a modernização do Judiciário. Todos os países de economias engolfadas pela globalização estão cuidando disso. Da Guatemala à Argentina – e quanto a nós, nada de concreto; nem promessas, só ameaças.

O Judiciário precisa modernizar-se, não há dúvida. Precisamos nos livrar de procedimentos acobertados por leis que asseguram manobras procrastinatórias. Precisamos reduzir ao máximo, a quase nada, a papelada na

Ministro Edson Carvalho Vidigal

prestação jurisdicional. Acabar com papelórios na burocracia das cidades é preservar florestas no mundo.

Precisamos ampliar a transparência, buscando maior visibilidade do contribuinte e, assim, mais confiança de parte da sociedade. Precisamos explorar e esgotar todas as possibilidades das modernas tecnologias dos satélites, da TV a cabo, da informática.

Isso tudo custa dinheiro; é investimento com retorno garantido para a economia do Estado, para a saúde da democracia. No Executivo diz-se que não há recursos e nunca os há. O legislativo não tem tempo para discutir objetivamente as nossas questões. Logo não se pode imputar aos Juízes a morosidade da Justiça.

Nossa resposta é com números. Nesta Terceira Seção, colegiado de competência restrita, que só se reúne uma vez a cada quinzena, julgamos 2.572 processos, neste ano.

Muitos dos que atiram informações deturpadas contra os Juízes e contra o Judiciário não trabalham para o País como nós trabalhamos.

Enquanto servidores públicos são submetidos a todos os sacrifícios em favor da estabilidade da moeda, sabemos que somam a mais de US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares) mensais, nas empresas da mídia, os salários dos que trabalham jargões e gracinhas contra os nossos salários e as expectativas de aposentadorias, salários humilhantes se confrontados com os do mercado, na iniciativa privada.

Um Judiciário fraco, com Juízes fracos; inoperantes, medíocres, despreparados, só interessa aos que querem o Judiciário apenas compondo a coreografia do figurino democrático; um poder de nada mas que, nas penumbras, pode amedrontar, qual jacaré empalhado, quando isso for do interesse dos controladores das trevas.

Com estas reflexões, reafirmo a firmeza da minha crença de que só no Estado de Direito Democrático é possível viabilizar-se o bem comum, repartindo as conquistas do trabalho e os lucros da economia entre todos de quaisquer condições, classes, categorias.

O Judiciário, e aqui discordo de quem diz o contrário, não é um Poder falido. É um poder que, nesta fase de tantas dificuldades, pode estar sendo enfraquecido em razão de propósitos até inconfessáveis. Mas no que depende do nosso trabalho, da ação anônima dos Juízes do País inteiro, tem resistido, se afirmado, se erguido.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

Assim, com estas reflexões, Senhores Ministros, no encerramento deste ano judiciário, a Presidência agradece também a colaboração e a compreensão de todos, desde os mais humildes servidores da Corte à ilustre representante do Ministério Público Federal.

Meus votos pessoais de Boas-Festas e que no Ano Novo estejamos todos de volta, renovados, com a mesma saúde e disposição para o trabalho. Que Deus nos abençoe a todos! Obrigado.